

---

# Metodologia

---

# 1 Metodologia Geral

Metodologia é a maneira sistemática e organizada de se percorrer um caminho para atingir uma determinada meta, pressupondo a existência de etapas ao longo do caminho, que por seu turno admite a existência de objetivos parciais.

Em se tratando de um Plano Diretor para o desenvolvimento de Santa Rita, no qual os objetivos negociados da população (aspirações por melhores condições de vida) nunca são suficientemente claros e menos ainda quantificáveis, a noção de metodologia é antes de tudo um balizamento do caminho a percorrer, que foi muito bem instrumentalizado pelo Ministério da Cidade através do Manual *“Principio e Diretrizes para a Elaboração de Planos Diretores Municipais”*, do *“Manual para Apresentação de Propostas – 2005, Programa Fortalecimento da gestão Urbana”* e do Livro *“Plano Diretor Participativo – guia para elaboração pelos municípios e cidadãos”*.

Assim sendo, a METODOLOGIA segue a política de implementação de Planos Diretores Participativos do Ministério das Cidades, que rompe com o modelo de Planejamento tecnocrata do passado, desvinculado da participação da comunidade.

Para estabelecimento da **Metodologia** (como fazer o **Plano Diretor**), necessário se faz identificar (1) **os elementos humanos** com os quais se pode contar para levar a cabo a tarefa; (2) **o objeto geral do trabalho - produto final** e (3) **o objetivo geral do trabalho - a meta que se pretende atingir**. Estes três itens são detalhados em capítulos intitulados com o mesmo nome.

## 1.1 Metodologia - 1ª Etapa

Na primeira etapa, o trabalho foi feito visando conscientizar a equipe da Prefeitura Municipal da importância do Plano Diretor e da necessidade do envolvimento e colaboração de todos para o sucesso do mesmo.

### Identificação dos Elementos Humanos

A identificação dos **elementos humanos** da Prefeitura aptos a participar da elaboração do Plano Diretor foi feita por consultoria contratada, através da análise

da estrutura administrativa do município, das suas atribuições e competências vinculadas ao Planejamento e, sobretudo da disponibilidade e motivações daqueles funcionários aos quais lhes foram dada a oportunidade de participar.

Para arregimentação e conscientização dos servidores da Prefeitura Municipal de Santa Rita, esta equipe de consultoria, com formação profissional em Planejamento Urbano em nível de pós-graduação, iniciou e concluiu um trabalho constando de quatro mini-seminários seguidos de trabalhos de follow up com membros de cada Secretaria ou Departamento. Para as três palestras constantes dos mini-seminários 1º, 2º e 4º, foram utilizados retro-projetor e transparências, que foram xerografadas e encontram-se como Anexos ao final desta [METODOLOGIA](#). Para o 3º mini – seminário foram adaptados mapas existentes e distribuídos com todas as secretarias, com as instruções escritas de como proceder para o mapeamento da situação do município, conforme **Erro! Fonte de referência não encontrada.** .

### **Conhecimento da administração**

Posteriormente o trabalho evoluiu para um levantamento das informações sobre o município e da identificação das ferramentas existentes para o Planejamento, tais como softwares, legislação, mapas e equipamentos de informática.

Visando identificar os setores da Administração e suas atribuições, o pessoal e suas competências, sobretudo aqueles voltados às atividades de planejamento, foi feita uma relação das Secretarias com os setores que direta ou indiretamente estão relacionados com o planejamento ou com as intervenções urbanas, conforme **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

A importância da identificação destas competências e dos setores administrativos a elas vinculados se deve ao fato de não dispor a prefeitura de nenhum setor estruturado para o Planejamento, tampouco de instrumentos de legislação urbana até agora, a não ser a Lei Orgânica do Município, datada de 5 de abril de 1990, que nos seus artigos 89, 90 e 91 trata dos tributos e administração tributária e nos artigos 79 a 88 trata das obras e serviços públicos.

### **Equipe da Prefeitura Municipal**

As reuniões entre os funcionários das diversas Secretarias do Município e a Equipe de Consultoria criaram a oportunidade para identificação dos membros das diversas Secretarias aptos para atividades de planejamento, capazes de contribuir para a elaboração e implementação do Plano Diretor, subsidiando e tomando decisões juntamente com a Equipe de Consultoria que será contratada para a elaboração do Plano, que durará quatro meses e meio. Dentro destes parâmetros foram elencados os seguintes nomes vinculados às respectivas secretarias:

### **Representação Administrativa e Equipe de acompanhamento**

Para fazer parte do Projeto de elaboração do Plano Diretor o Ministério das Cidades exige que o Prefeito Municipal nomeie uma Equipe de acompanhamento do Plano Diretor do Município de Santa Rita, de agora em diante identificado com a sigla EAPD PMSR.

Pelo conhecimento que detêm do Município e pela motivação política de fazer sem a qual nenhum plano sobrevive, todos os secretários são membros natos da Equipe de Acompanhamento do Plano Diretor.

No entanto devido ao comprometimento de tempo de alguns Secretários com a solução de problemas emergenciais, cada secretário indicou pelo menos um nome (sublinhado) para fazer parte do Equipe de Acompanhamento do Plano Diretor, devendo esta comissão atuar fora do expediente normal da Prefeitura e sem prejuízo de suas atividades normais.

Como forma de treinar a equipe da Prefeitura Municipal e obter um nivelamento com a Equipe de Consultores, bem como de promover o entrosamento dos que irão trabalhar na Elaboração do Plano Diretor, serão realizados Seminários de Nivelamento com técnicos altamente capacitados de forma a fazer com que os conhecimentos se reproduzam tornando a Prefeitura livre de consultorias externas.

Os seminários (**programa de participação popular**) para treinamento das equipes municipais terão carga horária de cerca de 12 horas e darão direito a Certificado de Participação.

### **EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA**

<b>Prefeito: Marcus Odilon Ribeiro Coutinho</b>
<b>Supervisão do Plano Diretor:</b> <u>Carlos Alberto L. Aguiar – Secretário de Finanças</u>
<b>Coordenação do Plano Diretor:</b> <u>Arquiteta Maria Grasiela de A. Dantas – CREA 344 D 16ª Região</u>
<b>ORGÃOS DE ASSISTÊNCIA IMEDIATA, ASSESSORAMENTO E ADMINISTRAÇÃO AUXILIAR</b>
<b>PROCURADORIA JURÍDICA</b>
<b>Procurador Geral do Município Bel. Selda Celeste R.C. Maia</b>
<u>Procurador Pedro Ramos Cabral</u> (EAPD Área Legislação) <u>Ana Beatriz A. Dantas</u> (EAPD PMSR Área Legislação)
<b>SECRETARIA DE CHEFIA DE GABINETE E ADMINISTRAÇÃO INTEGRADA</b>
<b>Secretário de Chefia de Gabinete</b> Elias Nascimento
<u>Cândida Valéria G da Silva</u> (EAPD Área de Comunicação )
<b>SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO</b>
<b>Secretário de Finanças</b> <u>Carlos Alberto L. Aguiar</u> (EAPD PMSR Supervisão) <b>Coordenação de Planejamento da PM</b> - Wellington Machado Bezerra: (EAPD PMSR Coordenação Executiva) Wellington Machado Bezerra (EAPD PMSR Apoio a Coordenação Executiva) <b>Secretário Adjunto das Finanças</b> - Bel. João Ribeiro Filho (EAPD PMSR Coordenação políticas investimentos públicos federais para o Município) <u>Administrador Pablo Forlan</u> (EAPD PMSR Área Econômico-social e financeira) <b>Divisão de cadastro Imobiliário</b> - João Batista dos Santos (EAPD PMSR Mapeamento Imobiliário)
<b>DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE, TRÂNSITO E TRÁFEGO.</b>
<b>Diretor de Departamento</b> <u>Bel. Élson Amorim de Araújo</u> (EAPD Coordenação da Área de Transporte, trânsito e tráfego) <u>Alessandro Ferreira Peres</u> (EAPD Sub-Coordenação da Área de transporte, trânsito e tráfego)
<b>ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA</b>
<b>SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO</b>
<b>Secretario de Comunicação</b> <u>Marcelo Moura Luiz Vieira</u> (EAPD Área de Divulgação e Comunicação)
<b>SECRETARIA DE SAUDE, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE</b>

<b>Secretaria de Saúde Maria Luiza Pessoa F. da Cunha</b>
<b>Departamento de Saneamento e Meio Ambiente</b> <u>Eng. Agrônomo Aécio Germano Oliveira</u> (EAPD PMSR Área de Meio Ambiente) Eng. Elisângela de C. Araújo <b>CREA 7097-D</b> (EAPD PMSR Área de Saneamento Básico) Assistente social <u>Bernadete de Lourdes Carneiro Marinho</u> (EAPD PMSR Apoio Área Social , Meio Ambiente e Saneamento) Assistente Social <u>Patrícia Guedes da Silveira</u> (EAPD PMSR Área Social e Assistencial)
<b>SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA</b>
<b>SECRETÁRIO WALDECIR LUCINDO DE SOUZA (BEBE)</b>
<u>Engenheiro José Ednaldo C Amorim</u> CREA 2285-D/PB ( EAPD PMSR Área de Infra-estrutura) <u>Eng.M.Aparecida Silva</u> CREA 3610/D PB (EAPD PMSR área uso do solo) Desenhista Ricardo Ferreira da Costa (EAPD PMSR área uso do solo)
<b>SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>
<b>Secretario de Comunicação</b> <u>Marcelo Moura Luiz Vieira</u> (EAPD PMSR Área de Publicidade e Comunicação Social)
<b>SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO</b>
<b>Secretaria de Indústria Comércio</b> <u>José Paulo Vitorino dos Santos</u> (EAPD PMSR Área Industria e Comércio) <u>Nilton Claudino da Silva</u> (EAPD PMSR Apoio Comunicação Área Industria e Comércio)
<b>SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL</b>
<b>Secretaria de Bem Estar Social</b> <u>Agarina da Costa Souza</u>
<u>Maria Gorette Rolim Silva</u> ( EAPD PMSR área social e assistencial)
<u>Maria Verônica de Souza</u> ( EAPD PMSR área social e assistencial)
<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>
<b>Secretaria de Educação</b> <u>Adones Gomes de A.P.Júnior</u>
<u>Geógrafa Maria Rejane Abreu Barbosa</u> ( EAPD PMSR área uso do solo) <u>Josivaldo José dos Santos</u> ( EAPD PMSR área educação) <u>Edson Thó Rodrigues</u> ( EAPD PMSR sub- área educação)
<b>SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO</b>
<b>Secretário de Cultura, desporto e turismo</b> <u>Marcos dos Santos</u>
<b>Secretario Adjunto de Cultura, Desporto e Turismo</b>
<u>Marcos Antonio Alves de Miranda (Russo)</u> - EAPD PMSR área turismo e desporto Diretor de Cultura <u>Pedro Francisco da Silva</u> – EAPD PMSR área de cultura
<b>SECRETARIA DE AGRICULTURA</b>
<b>Secretario de Agricultura</b> <u>Jairo Carneiro da Silva</u> (EAPD PMSR área agricultura)

**EQUIPE DE APOIO E COLABORAÇÃO DA ÁREA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR:**

Gilvan dos Santos Castro (José Gotinha) ( **EAPD PMSR** )

**EQUIPE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL ( contrapartida ) :**

Arquiteta Maria Grasiela de Almeida Dantas – Coordenação Geral de Planejamento

Geógrafa Maria Rejane Abreu Barbosa - Sub - Coordenadora da Área de Uso do Solo

Administrador de empresa Pablo Forlan – Sub –Coordenador da Área econômica e financeira

Engenheiro Edson Thó – Sub- Coordenação de Infra-Estrutura e Meio Ambiente

Administrador Marcelo Bezerra – Coordenador de Planejamento do Programa de Participação Popular

Coordenadora Executiva da Área Social I -Assistente Social Bernadete de Lourdes Carneiro Marinho

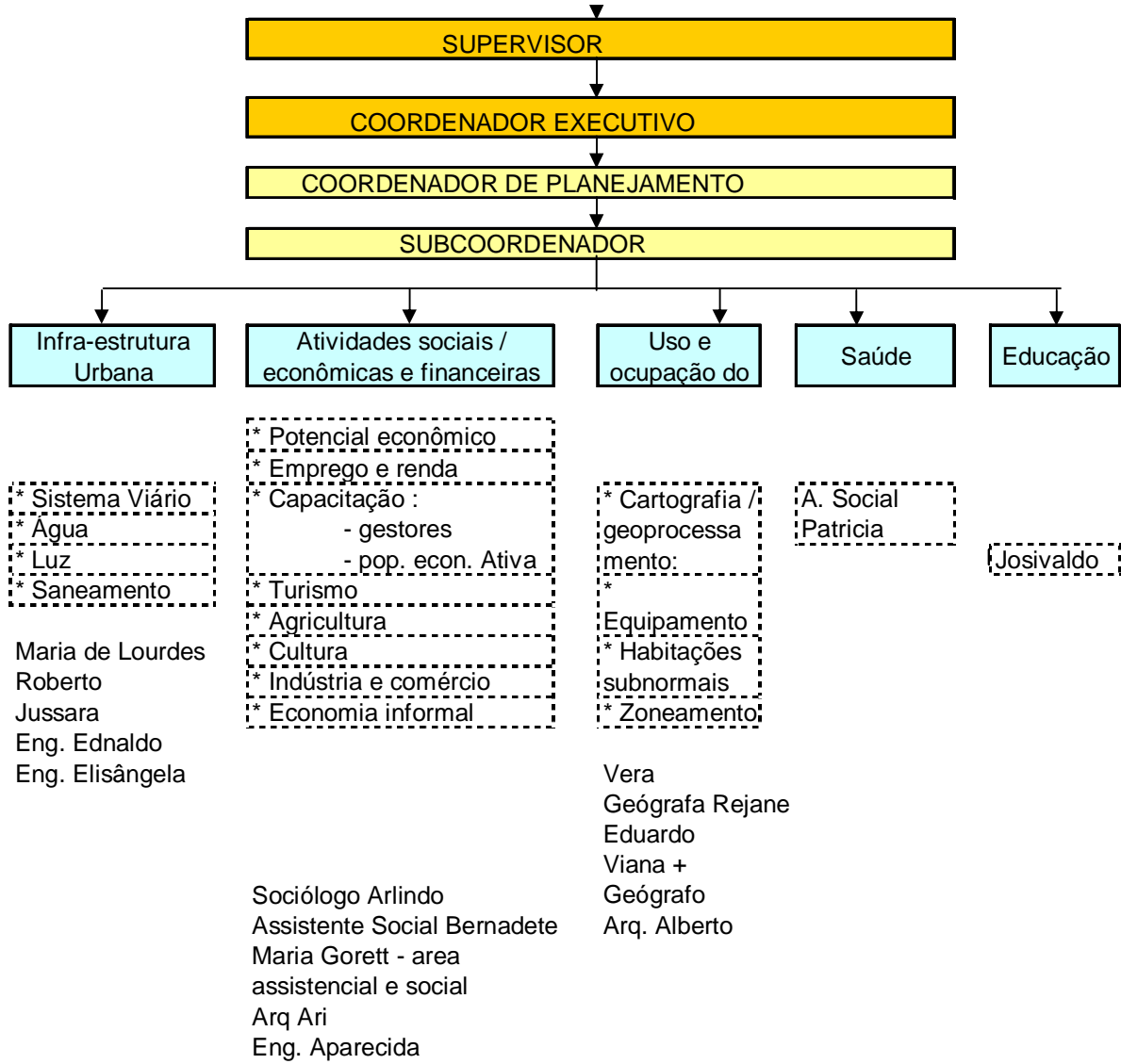
Coordenadora Executiva da Área Sócia I I -Assistente Social Patrícia Guedes da Silveira

Secretária Executiva do Plano Diretor – Maria Graciete dos Santos

**ÁREA DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Coordenação : Secretário Marcelo Moura Luiz Vieira

# PLANO DIRETOR DE SANTA RITA



*\* Este Organograma é apenas enunciativo e de orientação, razão pelo a qual a Entidade de Consultoria Contratada, com o objetivo de demonstrar sua habilidade na prestação do serviço contratado deverá modificá-lo para melhorá-lo e adaptá-lo à sua realidade.*



## **Estratégia para a Participação Popular**

No processo de elaboração do Plano Diretor, os poderes legislativo e executivo municipais devem garantir a promoção de audiências públicas, debates com a participação da população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade, a publicidade quanto aos documentos e informações produzidas e o acesso a estes documentos por parte de qualquer interessado.

A publicidade dar-se-á através de ampla divulgação através da imprensa falada e escrita e outros meios de comunicação para que haja o engajamento da Comunidade, possibilitando:

1. Capacitação e fortalecimento da equipe local para dar suporte a gestão (Administração) Municipal.
2. Garantia de que os diferentes segmentos da sociedade possam participar das atividades de planejar e gerir as políticas urbanas e territoriais, através da elaboração de um calendário de reuniões públicas e conferências, denominado **Programa de Participação Popular**, que deverão ser realizadas por REGIÕES e por TEMAS, permitindo assim a inclusão das classes menos favorecidas no processo de consulta popular.
3. Neste trabalho de divulgação os próprios partícipes serão chamados a cooperar, como as associações de moradores, as entidades de classe, as ONGS, as entidades profissionais, o ministério público, os representantes da justiça, os sindicatos e instituições que tradicionalmente falam diretamente ao cidadão, como a Igreja, a imprensa, as instituições de ensino, os centros de pesquisa e os setores empresariais, sobretudo aqueles responsáveis pelo desenvolvimento urbano e que interferem no uso do solo e ocupação do território, como os construtores, os corretores imobiliários, os responsáveis pelos cartórios de registro, dentre outros.
4. Depois de definida e treinada a equipe da Prefeitura apta a colaborar com a criação da lei do Plano Diretor, como parte da Metodologia, foi elaborado um calendário de reuniões e seminários com a participação desta mesma equipe da prefeitura e outros funcionários, da comunidade local, de lideranças da

sociedade civil e com a população envolvida, para colaborar com as propostas decorrentes do processo de Planejamento. Tais reuniões fazem parte da metodologia e estão agendadas ao fim de cada etapa, com a denominação de Programa de Participação Popular.

## **Seminários e Palestrantes**

Os seminários para a discussão de temas necessitarão da participação de especialistas no assunto para enriquecimento dos debates. Foram identificados os seguintes trabalhos, que se enquadram nos seguintes temas:

### **Turismo Rural – Histórico, Cultural e Paisagístico**

**Historiador Adauto Ramos** ..... Autor de Plaquete sobre o Engenho Gargaú e trabalho fotográfico sobre a Várzea. Membro do IGHP - Instituto Histórico e geográfico da Paraíba  
Tel. 3221-7491

**Historiador Marcus Odilon Ribeiro Coutinho**.....Prefeito Municipal - Autor de 2 Livros sobre a História de Santa Rita Membro do IGHP - Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

**Ana Maria Leal**.....Autora de monografia de especialização sobre o turismo e patrimônio histórico de Santa Rita Tel. 9317-3265 / 3225-5789

**Leonardo Mendonça Dinoá**.....Autor da Monografia de Graduação sobre o Povoado Ribeira

**M<sup>a</sup> Goretti Rolim da Silva** .....Monografia de graduação sobre Sta. Rita  
Tel. 9308-5222

**Juliano Loureiro de Carvalho**.....Autor da Monografia Pré-inventário dos engenhos da Várzea do Rio Paraíba.

**Elaine Cristine Alves Pegado**.....Autora do Trabalho Impactos do Turismo nas Comunidades Ribeirinhas. Tel. 3218-6732 / 9309-3967

**Sandra Miranda** .....SEBRAE – Turismo Rural

**Fabiano Gonçalves dos Santos**..... Autor da Monografia Perfil Sócio-Econômico do Feirante em Santa Rita.

**Antonio Viegas e familiares** ( Foto Viegas )..... Autor de fotos das cheias do Parahyba do Norte ( as de 1924, 1945, 1974 e 1985) Rua Siqueira Campos, entre os prédios do Grupo Escolar João Úrsulo e o Hospital Infantil Dr. João Cristóvão

**Marta Falcão de Moraes Santana.....** Autora de pesquisa sobre aspectos sócio-econômico e político do Município .....Sócia do IGHP  
**Francisco Aguiar.....** Autor de pesquisa sobre a emancipação política do Município

### **Agricultura**

**Agrônomo Leôncio Vilar .....** Estudos sobre abacaxi – EMATER.

#### **1.1.6 Representantes de Instituições / expositores**

Serão convidados a participar dos seminários como expositores, os membros das instituições ligadas ao desenvolvimento do Município e aos temas prioritários do Plano Diretor:

##### **TURISMO**

IPHAN – Diretoria Técnica

Arquiteto Umbelino Peregrino – tel: 3241-2896 / 9981-2357

IPHAN – SUPERINTENDÊNCIA 20ª SR

Eliane de Castro Machado Freire

Praça Venâncio Neiva, 68 João Pessoa

SUDEMA – Arquiteta Betania Matos

Tel. 3218 - 5600 / 3218-5606 / 9305-3514

ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DO TURISMO RURAL

### Seminário: a conceituação do Plano Diretor

O primeiro mini-seminário de treinamento, cujas transparências xerografadas encontram-se no fim desta METODOLOGIA como , ocorreu no dia 05/05/05 e teve como público alvo das secretarias especialmente indicados pelos Secretários para ajudar a coletar as informações sobre o Município e versou sobre os seguintes temas:

1. O que é o Plano Diretor
2. Plano Diretor e a Administração Municipal
3. Como será feito o Plano Diretor
4. Etapas de elaboração do Plano Diretor
5. Plano Diretor como marco teórico do Planejamento Urbano de Santa Rita
6. Ferramenta para o Plano Diretor: informações
7. Sistema de informações

#### QUADRO COM ESCANEAMENTO DAS ASSINATURAS DE ALGUMAS PESSOAS PRESENTES

PRESENTES		
ORGÃO	FUNÇÃO	ASSINATURA
SEC. EDUCAÇÃO	FUNDESCOLA	gonivaldo gon da santa
SEC. DE EDUCAÇÃO	FUNDESCOLA	<i>[assinatura]</i>
SEC. DE CULTURA	DIR. DE UNIDADE	Adelza de S. Rôgo
SEC. FINANÇAS E PLANF.	DIR. DE PLANEJAMENTO	Jose Gomes da Silveira
SEC. DE COM. URB.	DIR. DE DEPU.	<i>[assinatura]</i>
SEC. DO BOM ESTAR SOCIAL	DIR. DE DEPT.	Leandra Gorette Piliup
SEC. DO BOM ESTAR SOCIAL	DIR. DE DIVISÃO	Janice Zenevica Ce. Adige
	PLANO DIRETOR - ACESSOR	M. O. Praxedo de Alencar
	"	Helena de Lócia Vaz Pereira

### 2º Mini-seminário: o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor

O 2º mini-seminário, em cuja palestra foram utilizadas transparências para retro-projetor conforme Anexo II, ocorreu em 19/05/2005 e foi também direcionado para as diversas assessorias, departamentos e secretarias do município e versou sobre os seguintes assuntos:

- a. Plano Diretor e a Legislação Federal obrigatória a ser cumprido - Estatuto da Cidade, arts. 42 e 25;
- b. Plano Diretor e a função social da propriedade;

- c. Plano Diretor e a Participação Popular;
- d. Plano Diretor e as limitações ao direito de propriedade visando o bem da coletividade;
- e. Santa Rita e a demanda por implantação de serviço, comércio e indústria;
- f. Obra de referência para o Plano Diretor: Agenda 21;
- g. Plano Diretor e a Legislação Federal a ser cumprida: arts. 28 e 29;
- h. Plano Diretor e Legislação Federal obrigatória a ser cumprida: da transferência do direito de construir – art. 25 do Estatuto da Cidade;
- i. Plano Diretor e Legislação Federal obrigatória a ser cumprida: das operações urbanas consorciadas – art. 32;
- j. Plano Diretor e IPTU Progressivo - art. 7º do Estatuto da Cidade;
- k. Plano Diretor e a desapropriação com títulos da dívida pública – art. 8 do Estatuto da Cidade;
- l. Plano Diretor e prazos para construir – art. 5 parágrafo 4º, I e II e parágrafo 5º do Estatuto da Cidade;
- m. Plano Diretor e a implementação de projetos de regularização fundiária – Zeis – art. do Estatuto da Cidade;
- n. Plano Diretor e as políticas federais e estaduais para o desenvolvimento dos Municípios;
- o. Plano Diretor e geração de empregos - art. 2 do Estatuto da Cidade;
- p. Plano Diretor e a infra-estrutura – art. 2 do Estatuto da Cidade;
- q. Plano Diretor e a reabilitação de áreas urbanas centrais.

**QUADRO COM ESCANEAMENTO DAS ASSINATURAS DE ALGUMAS PESSOAS PRESENTES**

PRESENTES		
ORÇÃO	FUNÇÃO	ASSINATURA
CÂMARA MUNICIPAL	PROFESSOR LEGISLATIVO	Sélio Jr de Araújo
Câmara Municipal	Vereador	Gilberto Lucio dos Anjos
SEC. SAÚDE	DIRETOR DE FINANÇAS	Silvane Lima de Souza
SEC. EDUCAÇÃO	COORD. FUNDESCOLA	Jonivaldo José da Silva
Procuradoria Jurídica	Assessoria Jurídica	Ana Beatriz da Costa
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	SECR. ADJUNTO	Roberto Silva Trindade
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	SECRETARIO	Marcos de Menezes SILVA
FEA	Superintendente	Francisco Augusto
Secretaria de Assistência Social	Coord. de Programas	Luiz
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	Assessor	Roberto Augusto
Política de Gabinete	Coordenador de Planejamento	Roberto Augusto
Secretaria Financeira e Planejamento	Coordenador de Planejamento	Ademir Gomes de Almeida
Secretaria Financeira e Planejamento	Coord. de Planejamento	Jose Gomes da Silva
PLANO DIRETOR	ARQUITETA URBAN	M. Espirito de A. Dantas
PLANO DIRETOR	Arquiteta Urbanista	Valeria de Lima Maranhão

**3º Mini-seminário: procedimentos para mapeamento do município**

O 3º Mini-seminário de treinamento ocorreu no dia 02 de junho de 2005 e teve como finalidade explicar aos representantes das Secretarias, como deveriam ser preenchidos os mapas do Município para identificar a situação atual dos equipamentos e outros elementos de responsabilidade de cada Secretaria. Foram listadas as Secretarias, Procuradoria e Gabinete do Prefeito e em seguida enumeradas as contribuições que cada uma poderia dar ao Plano Diretor. O teor das exigências encontra-se ao fim como **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

---

**QUADRO COM ESCANEAMENTO DAS ASSINATURAS DE ALGUMAS PESSOAS PRESENTES**

---

PRESENTES OS REPRESENTANTES DAS SEGUINTESS SECRETARIAS, ASSESSORES E OUTROS DEPARTAMENTOS		
0 - ORGÃO	FUNÇÃO	ASSINATURA LEGÍVEL
1 - Sec. Finanças	consultor	Luizinho das Univas
2 - Sec. Educação	coordenador - estadual	gestoraldo José do Santos
3 - Sec. de Inf. Comunicação	Dir. de Dep.	Manoel da Silva Costa
4 - Sec. de Bem Estar Social	Dir. de Dep.	Maria Goretti Ribeiro
5 - Sec. de Bem Estar Social	Dir. de Dep.	Plínio Zenônio C. Jorge
6 - Sec. Finanças	Dir. Dep.	Jose Gomes da Silveira
7 -		
8 -		
9 -		



#### 4º Mini-seminário: os indicadores sócio-econômicos e culturais

O 4º Mini-seminário de treinamento ocorreu em 16/06/2005 e constou de exibição de transparências mostrando dados e indicadores sócio-econômicos, culturais e de habitações normais e sub-normais obtidos do IBGE e IDEME – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual do Estado da Paraíba. As cópias xerografadas das transparências utilizadas encontram-se como **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, no final.

---

#### QUADRO COM ESCANEAMENTO DAS ASSINATURAS DE ALGUMAS PESSOAS PRESENTES

---

Planejamento: Elaboração da pauta da Conferência das Cidades		
ORGÃO	FUNÇÃO	ASSINATURA
IND. E COMÉRCIO		
TURISMO		
AGRICULTURA		
EDUCAÇÃO	FUNDESCOLA	Doménilo J. Santa
PLANO DIRETOR		M. Apasibe de Lira
Planejamento	Coordenador	Adriana de Souza



## **1.2 Metodologia 2ª Etapa – Leitura da Realidade**

O produto específico desta etapa LEITURA DA REALIDADE, será um relatório contendo o diagnóstico do município de Santa Rita, sobretudo das áreas onde a Lei do Plano Diretor definirá suas diretrizes, com as atas das reuniões públicas realizadas.

A equipe municipal engajada na elaboração do Plano Diretor será convocada para trabalhar em conjunto com a equipe de consultoria contratada, levantar os dados e as informações necessárias para a confecção de tabelas e mapas temáticos que possibilitem uma leitura técnica e uma leitura comunitária da realidade municipal.

Com base no levantamento dos dados, a equipe encarregada do Plano Diretor fará uma leitura técnica da realidade (quadro a seguir) que será discutida com a comunidade local para que a mesma proceda a uma Leitura Comunitária e assim aproveitar o saber popular, incorporando os conhecimentos locais ao Planejamento.

## Programa de Participação Popular

### Etapa 2ª : Leitura Técnica e Comunitária

Prazo de execução – 2 meses

### Agenda das Reuniões e Seminários

Local das Reuniões: PMSR - Secretaria de Educação

Carga horária de cada reunião: 04 horas

NATUREZA DO ENCONTRO	DATA	ENTIDADES PARTICIPANTES	OBJETIVO
Seminário de Nivelamento JÁ REALIZADO!	22/09/05 Quinta-feira 14h30 às 17:30	Gestores municipais e planejadores	Capacitação técnica dos gestores municipais e planejadores.
Seminário de Lançamento	1ª Quinzena	Entidades representativas da sociedade, ONGS Público em Geral	Apresentação da Metodologia, conceituação sobre Plano Diretor Participativo, etc.
1º Seminário de Capacitação e Mobilização Social	2ª Quinzena	Agentes da Sociedade Civil e NGPMSR	Capacitação técnica dos gestores municipais e planejadores, além da Mobilização da Sociedade Civil Organizada para discussão das prioridades estratégicas do Plano diretor
2º Seminário de Capacitação e Mobilização Social	3ª Quinzena	Agente da Sociedade Civil e NGPMSR	Capacitação técnica dos gestores municipais e planejadores, além da Mobilização da Sociedade Civil Organizada para discussão das prioridades estratégicas do Plano diretor
3º Seminário de Capacitação e Mobilização Social	4ª Quinzena	Agentes da Sociedade Civil e NGPMSR	Capacitação técnica dos gestores municipais e planejadores, além da Mobilização da Sociedade Civil Organizada para discussão das prioridades estratégicas do Plano diretor

### **1.3 Metodologia 3ª Etapa - Seleção e Pactuação de Temas Prioritários**

Esta etapa denominada de “seleção e pactuação de temas prioritários, propostas, estratégias e instrumentos para a viabilização do Plano Diretor Participativo”, é a fase de Propostas.

O arquiteto Marcos Mayerhoffer, que coordenou o Curso Especial de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Urbano, um dos primeiros cursos do gênero, realizado pelo IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, propunha algumas medidas a serem adotadas nesta etapa do planejamento, que consideramos importantes em virtude de que os limites de atuação do Município ficam explicitados, deixando de existir falsas expectativas com relação a capacidade do Plano Diretor de atingir os seus objetivos.

Propunha o arquiteto Mayerhoffer quatro tipos principais de medidas:

**EXECUTIVAS** – medidas da Administração Municipal, dependente da mobilização de recursos humanos ou financeiros próprios.

**NORMATIVAS** – são medidas também da competência da Administração Municipal, dependente da elaboração de normas, decretos ou leis específicos.

**REINVINDICATIVAS** – medidas cuja competência transcende a órbita municipal, recaindo no âmbito do Estado ou União.

**INDICATIVAS** – medidas cuja implantação foge da órbita do Poder Público, em mãos da iniciativa privada ou da comunidade como um todo.

É importante que as propostas resultantes desta fase sejam classificadas em cada um destes tipos de medidas e que os critérios de escolha das mesmas, passem pela análise da existência de recursos municipais, estaduais ou federais através da Área Compatibilização de Recursos, criando durante a elaboração do plano Diretor, com a finalidade de analisar as propostas e enquadrá-las dentro de uma dessas quatro medidas a serem tomadas.

Esta etapa terá como resultado um relatório contendo objetivos, temas, instrumentos, estratégias e propostas, com as atas das reuniões públicas realizadas e será precedida dos seguintes trabalhos:

- Definição dos meios e das áreas urbanas onde serão aplicados os instrumentos tributários, financeiros, jurídicos e políticos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade;

- Distribuição territorial da Infra-estrutura e equipamentos coletivos;
- Definição dos instrumentos para reabilitação das áreas urbanas degradadas;
- Definição dos instrumentos para a efetivação de ações em áreas de proteção ambiental.

## Programa de Participação Popular

### Etapa 3ª : Seleção e Pactuação de Temas

Prazo de execução – 2 meses

### Agenda de Reuniões e Seminário

Local das reuniões: PMSR – Secretaria de Educação

Horário: 8:00 às 12:00 h

NATUREZA DA REUNIÃO	DATA	ENTIDADES PARTICIPANTES	OBJETIVO
1ª Reunião	24/07/2006	Secretarias, representantes dos Conselhos Municipais, lideranças comunitárias, atores sociais*	Debates reivindicações
2ª Reunião	07/08/2006	Secretarias, representantes dos Conselhos Municipais, lideranças comunitárias, atores sociais*	Debates reivindicações
3ª Reunião	21/08/2006	Secretarias, representantes dos Conselhos Municipais, lideranças comunitárias, atores sociais*	Debates reivindicações
Seminário	04/09/2006	Entidades representativas da sociedade, ONGS, Público em Geral.	Exposição, reivindicações e debates

## **1.4 Metodologia 4ª Etapa: Projeto de Lei do Plano Diretor**

Pela primeira vez no Brasil uma lei federal denominada Estatuto da Cidade estabeleceu as diretrizes gerais para o Planejamento Urbano, definindo o Plano Diretor como instrumento para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do Município.

Ao Plano Diretor são delegados os poderes de estabelecer as condições e criar os mecanismos capazes de fazer com que a propriedade cumpra sua função social.

O Estatuto da Cidade elenca alguns instrumentos de legislação urbana cuja adoção é opcional pelo Município, e elenca outros instrumentos de adoção obrigatória, que devem ser instituídos através do Plano Diretor, uns por condição de obrigatoriedade e outros pela necessidade de desenvolver o município:

1. Delimitação de áreas sujeitas a operações urbanas consorciadas com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental – art.32\*;
2. Zoneamento das áreas sujeitas a outorga onerosa do direito de construir;
3. Delimitação das áreas em que o uso do solo pode ser alterado mediante contrapartida do Município\*;
4. Delimitação das áreas onde será aplicado o IPTU progressivo – art. 7º, art.5§4º I e II, parágrafo 5º do Estatuto da Cidade;
5. Delimitação das áreas ideais para a localização de equipamentos urbanos e comunitários, com visto a regulamentação do direito de construir - art 35 do Estatuto da Cidade.

Estes instrumentos de Políticas Urbanas, para que possam ser aplicados, necessitam da identificação das áreas objeto de aplicação destas políticas, que serão mapeadas com ajuda da equipe técnica local, ouvindo a Sociedade Civil conforme impõe o art. 40,§ 4º, inciso I, II e III do Estatuto da Cidade.

\* A não fixação destas áreas estancaria o desenvolvimento do município.

### **1.4.1 Programa de Participação Popular**

#### **Etapa 4ª: Projeto Lei Plano Diretor**

Prazo de execução – 15 dias

Local das reuniões: Secretaria da Educação ( 1ª )  
Câmara municipal ( 2ª )

Horário: 8:00 às 12:00 h

### Agenda de Reuniões e Seminários

NATUREZA DO ENCONTRO	DATA*	ENTIDADES PARTICIPANTES	LOCAL DA REUNIÃO	OBJETIVO
1ª Reunião	18/09/2006	PMSR Secretarias representantes dos Conselhos Municipais, planejadores e lideranças comunitárias	Secretaria de Educação do Município	Discussão do Projeto
Assembléia	25/09/2006	PMSR Entidades e Público em Geral.	Câmara Municipal	Discussão do Projeto

---

\* Datas a serem ajustadas de acordo com a data de aprovação das etapas pela GIDUR